

**Infraestrutura** Custo de construção e risco climático são questionados pelo Instituto Socioambiental; ministério diz que fará análise técnica do estudo

## Viabilidade da construção da Ferrogrão continua motivo de polêmica

Rafael Silveira  
de Brasília

Enquanto finaliza os estudos da Ferrogrão para submeter à análise do Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério dos Transportes foi novamente contestado por questionamento de entidades da sociedade civil que colocam em dúvida a viabilidade da ferrovia — projeto que promete reduzir em 20% o custo do transporte de grãos de Mato Grosso pelos pontos do Aço Norte. O Instituto Socioambiental (ISA) prepara avaliação técnica, a respeito do Valor, que aponta aspectos “falhos metodológicos e conceituais” em pontos técnicos do governo.

Por meio de nota, o ministério informou “que foi notificado formalmente acerca do resultado do estudo contratado pelo Instituto Socioambiental (ISA) somente nesta quinta-feira (13) e tal se manifestou após análise técnica do material enviado pelo ISA”.

A entidade, que representa interesses de povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia, contesta a abordagem contida no trabalho contratado como um traço da análise feita no momento do projeto. Trata-se da análise socioeconômica de Custo e Benefício (ACB) da Ferrogrão, baseada em guia elaborado pela equipe econômica em 2022.

No estudo, a entidade criticou o fato de que a ACB da Ferrogrão utilizou os valores a serem apostados pelos investidores no projeto. A construção dos 576 quilômetros de ferrovia está avaliada em R\$ 20,04 bilhões, em valores de julho de 2023. Já o custo inicial da operação foi estimado em R\$ 1,2 bilhão por ano.

A Ferrogrão foi planejada para levar a produção agrícola — especialmente, milho e soja — da cidade de Sítio (MT) para Itaipava (PA), onde a carga deve ser despachada pelos terminais de Mirituba, no Rio Itaipava. Uma operação logística semelhante já é feita por caminhões na BR-163, que corre em paralelo ao traçado de referência da nova ferrovia.

A avaliação de custo e benefício foi feita com base em um cenário de construção da Ferrogrão com a possibilidade de futura duplicação da BR-163. Como resultado, a ACB indicou o “benefício líquido” de R\$ 62 bilhões para a sociedade se o projeto sair do papel.

**“Materialização do risco climático pode repercutir de várias formas”**  
Kraingen D. Thá

Além de reduzir o preço do frete, o sistema da participação do transporte ferroviário na região de 300 para 600, evitaria emissão de 3,4 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> por ano. O estudo indica que uma composição ferroviária, com 170 vagões, é capaz de substituir 422 caminhões de 40 toneladas.

O Ministério dos Transportes, na gestão atual, criou um grupo de trabalho para discutir o projeto com lideranças indígenas e ambientalistas. Eles abandonaram o debate alargando a pauta de diálogo efetivo. O ISA foi uma das entidades que participaram do grupo.

Um dos autores do estudo, o economista da Kraingen Daniel Thá alerta que o custo de construção da Ferrogrão pode variar para R\$ 27,58 bilhões. Ele usou, a título de comparação, os cálculos de custo da ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), em trecho assomado pela Vale na concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), validado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) pelo TCU.

Outro problema apontado pelo documento foi a análise de custo e benefício ter desconsiderado a necessidade de medidas de adaptação aos riscos climáticos e as “externalidades” relacionadas ao desmatamento induzido pela ferrovia na região.



Marcel Nakane, economista do ISA, avaliando o projeto da Ferrogrão em uma reunião

Além de reduzir o preço do frete, o sistema da participação do transporte ferroviário na região de 300 para 600, evitaria emissão de 3,4 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> por ano. O estudo indica que uma composição ferroviária, com 170 vagões, é capaz de substituir 422 caminhões de 40 toneladas.

O documento de 63 páginas do ISA, obtido pelo Valor, conclui que “as falhas comprometem a validade dos resultados apresentados pela ACB. Ferrogrão como instrumento de apoio à tomada de decisão”, segundo se lê na análise feita pelo artigo. “Eventos climáticos ou irregularidade de oferta podem levar a quebras de safra ou problemas de produtividade, prejudicando a razão de ser da Ferrogrão e transporte de grãos”, diz Thá, que lamenta o fato do projeto não ter sido incluído no programa “Adaptáveis”, validado para corrigir impactos e riscos da mudança do clima no setor.

“O documento de 63 páginas do ISA, obtido pelo Valor, conclui que ‘as falhas comprometem a validade dos resultados apresentados pela ACB. Ferrogrão como instrumento de apoio à tomada de decisão’, segundo se lê na análise feita pelo artigo”.

“Eventos climáticos ou irregularidade de oferta podem levar a quebras de safra ou problemas de produtividade, prejudicando a razão de ser da Ferrogrão e transporte de grãos”, diz Thá, que lamenta o fato do projeto não ter sido incluído no programa “Adaptáveis”, validado para corrigir impactos e riscos da mudança do clima no setor.

Para a assessora técnica e economista do ISA, Marcel Nakane, a avaliação do projeto está comprometida. “Em nossos textos mos-

## Alta dos alimentos corrói confiança do consumidor

Alcio Jorge Braga  
de São Paulo

A percepção de alta na inflação dos alimentos e as tradicionais despesas de início de ano influenciaram a queda em janeiro do Índice de Confiança do Consumidor (ICC), que registrou 123,5 pontos — em nível de 7,3% na comparação com o mesmo período do ano passado e 1,7% em relação ao mês anterior.

Realizada pela Federação de Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio/SP), a pesquisa, que foi aplicada na capital paulista, também abrangeu outras cidades do Estado de São Paulo. No comparativo interanual, houve queda de 1,7%.

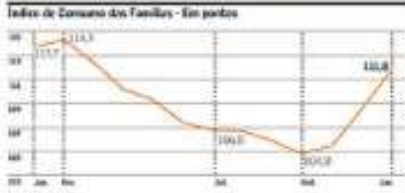
De acordo com o assessor econômico da Fecomércio, Fábio Pina, as projeções apontam dificuldades para os consumidores por causa da alta da inflação, que está estimada em 5,5% neste ano. Por isso, segundo ele, o planejamento financeiro com o ajuste do orçamento e a redução de gastos devem ser essenciais.

“As pessoas sentem a inflação, mas não a calculam. Com isso, há uma percepção de que está mais caro do que já foi”, diz. “No supermercado, por exemplo, não percebe o valor do café caro, mas que o da manteiga subiu, pois tendem a sentir mais o que se prejudicou do que se beneficiou.”

Já para os empresários, as expec-

### Cautela

Grupos do início do ano refletem em consumo mais controlado



tivas devem ser focadas na eficiência operacional. Empresas com soluções personalizadas, condições de pagamento diferenciadas e que possuem a expertise do cliente estão mais preparadas para lidar com esse cenário.

“Comerciantes também é vítima da careia, pois tem um acúmulo de custos há de anos”, afirma Pina. “O índice deve ter o máximo de opções de mercado para oferecer algum conforto ao seu consumidor, que poderá fazer a substituição de um produto

por outro. Mesmo assim, sabemos que o cliente não sai feliz do supermercado, porque quer comprar aquele item específico e não pode pelo alto preço.”

Pina lembra que a alimentação tem “impacto interno” no crescimento das famílias que rondam os R\$ 3 mil. Não é para escolher se vai ou não comer”, aponta. “Não é para Miami e Chicago, não tem carro zero km e desqualifica, mas não ter o legume que quero é ruim por. E vou me limitar, comer um feijão apurado é uma tragédia.”



Fábio Pina: “As pessoas sentem a inflação, mas não a calculam”

O ICC é formado por dois índices, ambos tiveram queda em janeiro. O Índice das Condições Econômicas Anuais (IEA), que mede a percepção dos consumidores sobre o momento econômico, atingiu 122,3 pontos, caindo 0,3% em relação a janeiro de 2024. Já o Índice de Expectativas do Consumidor (IEC) registrou 124,3 pontos, reduzido 1,3% ante o mesmo período do ano passado, e teve a maior contribuição para a queda do ICC, na comparação atual.

Para o economista, esse desempenho reflete também as preocupações dos lapsos com a inflação de juros elevados, inflação acima da meta e incertezas acerca dos conjunturas fiscal e cambial. “A queda de 2% em relação ao mês anterior reforça que essas preocupações persistem e afetam negativamente as decisões de consumo e investimento.”

A Fecomércio/SP também calcula o ICJ, que revela um comportamento distinto entre as linhas de

renda no período de janeiro de 2024 a janeiro de 2025. Enquanto as famílias com renda de até dez salários mínimos apontaram uma queda de 2,7% no indicador anual (307,6 pontos), as de renda superior a dez salários mínimos registraram uma evolução, com alta de 0,8% (124,2 pontos) neste período.

A análise de Pina revela que as famílias de menor renda estão mais vulneráveis ao cenário econômico adverso, com inflação elevada e restrições de crédito, o que dificulta a aquisição de bens duráveis. Apesar disso, essas famílias registraram um aumento mensal de 4,8% na comparação com dezembro. Possivelmente, essa alta foi influenciada por fatores sazonais de início de ano, como o recebimento de 13º salário e bônus.

“As famílias ainda estão no ritmo das projeções de mercado do Brasil. Não acredito que essa projeção se regule no ICJ de janeiro para fevereiro”, afirma. “A confiança do consumidor começa a dar sinais de que chegou a um ponto de inflexão, apesar de não estar em um patamar baixíssimo.”

Já as famílias com renda superior a dez salários mínimos mantiveram estabilidade mensal, reflexo da menor dependência de crédito e maior capacidade de poupança. No entanto, há sinais de cautela quanto ao aumento, considerando, sobretudo, a possibilidade de manutenção das altas taxas de juros, o que pode impactar a confiança desse estrato social em próximos meses.



Informação, análises e conteúdo aprofundado. Tudo isso você lê no Valor.



Seja um assinante: Acesse [assinevalor.com.br](http://assinevalor.com.br) Ligue 0800 701 8888